

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLA INCLUSIVA

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN INCLUSIVE SCHOOLS

Bruno Augusto de Souza Aguiar¹

Resumo: O propósito deste estudo foi explorar as perspectivas ambientais de professores das séries iniciais até a oitava série da Escola Municipal Padre Antônio Henrique, em Recife-PE. O foco estava em entender como esses educadores veem o meio ambiente e a educação ambiental (EA), e o que os motiva a abordar temas ambientais com seus alunos. A mencionada instituição inclui alunos com necessidades educacionais especiais (como surdos-mudos) em turmas convencionais, o que realça a necessidade de considerar o papel da EA no desenvolvimento desses estudantes. Para coletar os dados, inicialmente, foi aplicado um questionário semi-estruturado, destinado a entender a relação dos professores com a educação e a vivência ambiental. A partir das respostas, foi possível traçar um panorama das perspectivas ambientais e dos desafios enfrentados pelos docentes ao promover a EA. Em seguida, as informações coletadas foram analisadas e apresentadas por meio de gráficos e tabelas. As conclusões extraídas buscaram oferecer insights para melhorar as práticas ambientais no ambiente escolar. Este estudo tem como premissa que a escola desempenha um papel crucial na relação entre seres humanos e o ambiente. Os resultados indicaram a importância de intensificar os esforços ambientais no ambiente escolar, incluindo tempo adequado para planejamento, formação continuada para professores e recursos para atividades práticas. Espera-se que esta pesquisa auxilie educadores comprometidos com a educação ambiental em ambientes inclusivos e inspire uma avaliação das abordagens pedagógicas adotadas pela escola nesse contexto.

¹ Mestrado em Tecnologia Ambiental no ITEP (Instituto de Tecnologia de Pernambuco)



Palavras-chave: Educação Ambiental; Escola Inclusiva; Percepção Ambiental.

Abstract: The purpose of this study was to delve into the environmental perspectives of teachers from the early grades up to the eighth grade at Escola Municipal Padre Antônio Henrique in Recife-PE. The focus was on understanding how these educators perceive the environment and environmental education (EE), and what drives them to discuss environmental topics with their students. The said institution integrates students with special educational needs (such as the deaf-mute) into conventional classes, underscoring the need to recognize the role of EE in the development of these students. To gather data, a semi-structured questionnaire was initially administered, aimed at understanding teachers' relationship with education and their environmental experiences. From the feedback, a landscape of environmental perspectives and the challenges faced by teachers in promoting EE was drawn. Subsequently, the gathered information was analyzed and represented using graphs and tables. The drawn conclusions sought to provide insights to enhance environmental practices within the school setting. This research is premised on the belief that schools play a pivotal role in the interaction between humans and their environment. The results highlighted the significance of bolstering environmental efforts within schools, which includes sufficient planning time, continuous training for teachers, and resources for hands-on activities. It is hoped that this research will support educators dedicated to environmental education in inclusive settings and spark a review of the pedagogical approaches the school employs in this regard.

Keywords: Environmental Education; Inclusive School; Environmental Perception.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, propõe uma análise da Educação Ambiental (EA) vivenciada pelos professores da Escola Municipal Padre Antônio Henrique, localizada no bairro do Derby, Recife-PE. O foco da

pesquisa foi voltado ao diagnóstico da percepção sobre meio ambiente e educação ambiental em um grupo de 18 professores do ensino fundamental. Na referida escola estão matriculados aproximadamente 380 estudantes distribuídos nos três turnos (manhã, tarde e noite) do 1º ao 4º ciclos (1ª a 8ª séries) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo inclusive à alunos com necessidades especiais no ensino regular. A temática da inclusão apresenta-se estimulador em virtude da necessidade atual de alcançarmos uma educação ambiental de qualidade; educação esta que atenda a todos, indistintamente.

A Educação Ambiental de caráter formal é hoje uma exigência em todos os níveis e modalidades de ensino. As instituições de ensino devem estar preparadas para participar deste processo, conforme está sancionado na Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental destaca em seu Capítulo I Artigo 2º: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Considerando a importância da temática ambiental no ensino formal, as instituições escolares deverão oferecer meios efetivos para seu desenvolvimento. Patrick Geddes, considerado o pai da EA, valorizava a temática ambiental no processo educativo ao afirmar que uma pessoa em contato com a realidade do seu ambiente, não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta. (apud DIAS, 2004)

Segundo Capra (1996), precisamos nos tornar, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados. Ser ecologicamente alfabetizado ou “eco-alfabetizado”, significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. Assim a proposta de Capra, em realidade, resgata um aspecto importante da educação ambiental, porém a proposta de alfabetizar a partir da natureza, não é por si só, educação ambiental.

Para Capra (1990), o mundo está diante de uma crise de percepção, sendo necessário se colocar em prática modelos educacionais capazes de produzir indivíduos integrados que entrem em relação com a vida como um todo. Nesse contexto, a educação ambiental, se apresenta como uma ferramenta

na mudança de mentalidades e de atitudes na relação do ser humano com a ambiente.

As pesquisas que utilizam a percepção como ferramenta de trabalho, vêm se mostrando de suma relevância para o planejamento do ambiente (MAROTI , 2002). Com isso, a construção de um planejamento ambiental irá contribuir para o processo permanente de aprendizagem e engajamento social visando a melhoria da qualidade de vida.

A forma como o homem percebe e interage com o meio ambiente, podem-se avaliar as necessidades, interesses e anseios da população (RIO E OLIVEIRA, 1996).

Dessa forma, esta pesquisa tem o interesse de identificar a percepção dos docentes sobre o meio ambiente e educação ambiental, bem como contribuir para uma inclusão mais intensa do ensino sobre as questões ambientais na escola.

O presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos. O primeiro trata da introdução, neste é abordado informações básicas para se compreender melhor os conceitos sobre educação ambiental, escola inclusiva e percepção ambiental. O segundo capítulo traz os objetivos que foram traçados para realização do estudo de caso. O capítulo seguinte retoma conceitos apresentados na introdução, sendo estes complementados através de citações bibliográficas. O quarto capítulo, descreve as características da área de estudo. O quinto capítulo, aborda a metodologia utilizada para obter os resultados da pesquisa. O capítulo seguinte, apresenta e discute os resultados obtidos. As conclusões estão descritas no sétimo e último capítulo, onde é trazido a síntese do trabalho e recomendações para pesquisas futuras.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Identificar as concepções dos professores da Escola Municipal Padre Antônio Henrique têm acerca de meio ambiente e educação ambiental.



Objetivos específicos:

- Fazer um levantamento do quantitativo de professores que desenvolvem práticas pedagógicas voltadas às questões ambientais.
- Identificar as dificuldades vivenciadas pelos professores ao desenvolver a Educação Ambiental.
- Verificar interesse dos professores em participar da formação em Educação Ambiental
- Promover uma reflexão sobre o ensino da Educação Ambiental na escola inclusiva.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

Escola Inclusiva:

A questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais nunca esteve tão em evidência como nos dias atuais. A questão da diferença, hoje, deixa de ser um obstáculo para ser uma ferramenta no cenário escolar.

Hoje, um número crescente de alunos deficientes estão sendo incluídos no ensino regular. Entretanto, ainda falta muito a ser feito nos centros escolares. Muitos desses centros precisam adequar de forma eficiente seus programas de ensino e capacitar continuamente todos os profissionais que atuam com os alunos especiais.

Segundo Aranha (2004), a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Através da política educacional brasileira, a inclusão vem se tornando uma palavra de ordem, e esta tem como princípio básico à inserção de todas as crianças na escola. Para Gotti (1998), inclusão escolar significa um novo marco conceitual e ideológico, o qual precisa envolver políticas, serviços sociais e comunidade.



A Declaração Mundial de Educação para Todos – UNICEF, ocorrida em 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia, foi o marco na questão da educação inclusiva, porque dela originou um documento internacional, chamado “Declaração de Salamanca”, que valorizou de forma incisiva novas propostas na área da educação especial, afirmando o propósito da educação inclusiva como direito de todas as pessoas, independente de raça, etnia, condições físicas e mentais.

O reconhecimento dos direitos dos deficientes levam a definir políticas que viabilizem o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, respeitando as peculiaridades de cada pessoa. É dentro do princípio de educação para todos, citado no texto da Constituição Federal (1998), art. 208, capítulo III em que assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, que nos propomos a analisar a concepção dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A política de inclusão reorienta as escolas especiais para prestarem apoio aos programas de integração. As escolas especiais independentes de seu regime de funcionamento devem passar a ser vistas com outros olhos, ou seja, transformadas em centros de apoio às crianças portadoras de deficiência, possibilitando uma oportunidade de convivência nas escolas regulares, onde possam manter um convívio harmonioso, sem discriminações.

Convivendo e interagindo com os alunos do ensino regular, o aluno especial assimila hábitos de condutas sociais que facilitam o convívio em grupo e na sociedade da qual faz parte. Frente a essas novas mudanças educativas, a escola deve ser defendida como uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção. A escola deve estar aberta para todos, de forma democrática e de qualidade. Para isso, tem que capacitar o seu corpo docente par educar qualquer indivíduo, possibilitando um processo de inclusão no sistema do ensino brasileiro (GOFFREDO, 1999).

De acordo com Rego (1995), a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade. Dessa forma, precisamos de uma escola que busque rumos inovadores, necessários à inclusão.



Meio Ambiente e Educação Ambiental:

A escola como centro de educação formal, deve ter uma preocupação especial com o meio ambiente, procurando desenvolver ações que levem a reflexão sobre a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da sociedade. O tema meio ambiente é de extrema relevância diante da degradação ambiental provocada pelo homem. Nesta inter-relação entre educação e meio ambiente, o homem encontra-se na responsabilidade de preservar e conservar os recursos naturais para garantir sua sustentabilidade.

De acordo com Silva (1998), o meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida humana. Dessa forma observamos que ao lado do meio ambiente natural, temos um meio ambiente artificial e cultural, aquele produzido pela ação humana.

Para Medina (1998), o meio ambiente é o resultado das recíprocas relações entre sociedade e natureza num espaço e tempo concretos. Segundo o autor o ambiente se gera e se constrói ao longo do processo histórico de ocupação e transformação do espaço.

Um meio ambiente sadio contribui para o bem estar da população que ali vive, já, ao contrário, um meio ambiente hostil gera inúmeros problemas ambientais. Neste sentido a Educação Ambiental busca uma transformação de valores que permitam ao homem uma mudança de comportamento baseada em reflexões sobre a ação antrópica da degradação da natureza que tanto prejudica a vida do planeta.

De acordo com Dias (2004), a Educação Ambiental (EA) é um processo por meio do qual, as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos deles, como o afetamos e como provemos a sua sustentabilidade. Reigota (1995), complementa que a educação ambiental é uma forma de educação que exige a participação dos cidadãos nas discussões que envolvem a questão ambiental, tentando estabelecer o que o autor chama de “nova aliança” entre o homem e a natureza. Para Mininni (2000), a Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão

crítica e global do ambiente.

O marco referencial para a Educação Ambiental (EA) foi a primeira Conferência Intergovernamental dedicada especialmente à EA que ocorreu em Tbilisi no ano de 1977, nela foram definidos os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

A Conferência de Tbilisi se diferencia das Conferências anteriores pela dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo. Com isso, o processo de Educação Ambiental concebido em Tbilisi contém um caráter de fomento à contextualização, abrangência, transformação, participação coletiva, entre outros, objetivando a formação da cidadania na busca para mitigação dos problemas ambientais. Em consonância com a Conferência de Tbilisi, o MEC (1998) apresenta as seguintes características para Educação Ambiental:

Dinâmica interativa: em que os indivíduos e a comunidade toma consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as atividades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir individual e coletivamente, e resolver problemas ambientais.

- **Transformadora:** que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitude.
- **Participativa:** que atue na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.
- **Abrangente:** que extrapole as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade.
- **Globalizadora:** a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.
- **Permanente:** a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se jus-



tificando a sua interrupção.

- **Contextualizadora:** que deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária.

Portanto, pode-se dizer que através da Educação Ambiental as pessoas adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que as tornam aptas a agir diante dos problemas ambientais existentes.

Percepção Ambiental:

O estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente. Esse estudo busca investigar as relações que a sociedade estabelece com o ambiente em que vive.

O conhecimento que o ser humano tem do seu ambiente vai depender da sua percepção. Para Trigueiro (2003), a percepção ambiental é definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo “homem”, ou seja, perceber o ambiente que se está localizado, aprendendo a proteger e cuidar dele da melhor forma possível.

Segundo Rio e Oliveira (1996), o termo “percepção” para os estudos de percepção ambiental, costuma incluir, além das percepções bio-fisiológicas, as imagens que formamos sobre o mundo vivido, nossas memórias, experiências, predileções, interpretações, atitudes, julgamentos e expectativas.

De acordo com Ribeiro (2003), as concepções de natureza estabelecidas pela sociedade foram produtos da cultura humana interagindo com o ambiente em que coexistiram, e isso varia conforme os valores que se estabelecem em determinado local e época. Logo os indivíduos percebem, reagem e respondem de maneira diferente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações resultam das percepções de cada um.



Para Jesus (1993), a investigação da percepção, nos estudos das relações do ser humano com o ambiente, contribui para uma utilização apropriada dos recursos ambientais. As diferentes visões e posturas frente à problemática ambiental, decorrem das diferentes maneiras de se compreender a questão ambiental.

Os estudos de percepção ambiental apresentam-se como uma ferramenta eficaz para melhor compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, seus valores, satisfações e insatisfações, necessidades e comportamento (Fiori, 2007). A percepção que se tem das relações entre o ser humano e o ambiente, pode contribuir para amenizar o impacto provocado pelo homem nos recursos ambientais, possibilitando o estabelecimento de relações mais harmônicas entre o ser e o ambiente. Portanto é com base em estudos da percepção ambiental que se busca melhor compreender as relações entre homem-natureza.

Características da Instituição em Estudo:



Figura 01. Foto do letreiro fixado na parede externa da escola

De acordo com o site da Secretaria de Educação do Recife, a Escola Municipal Padre Antônio Henrique, inicialmente situada na av. Lins Petit, 45, bairro da Boa Vista, Recife-PE, surgiu como anexo do Colégio Municipal Pedro Augusto para dar conta da demanda de alunos. A escolha do nome foi em homenagem ao Padre Antônio Henrique ter sido professor no Colégio Municipal Pedro Augusto, um docente dedicado, trabalhou ao lado do Arcebispo de Recife e Olinda Dom Hélder Câmara pela causa dos jovens.

Em 1994, a escola Municipal Padre Antônio Henrique recebeu autonomia administrativo-pedagógica, homologada oficialmente pelo Conselho Municipal de Educação e publicada no Diário Oficial do Município em 1997.

Apoiada por um movimento de professores da Rede Municipal de Ensino do Recife para melhoria e ampliação do trabalho desenvolvido com estudantes especiais da Rede Municipal de Ensino, a escola Municipal Padre Antônio Henrique foi uma das pioneiras na atuação com classes especiais, inclusivas e regulares, ou seja, com turmas só de estudantes especiais e com turmas mistas (estudantes portadores de necessidades especiais e não portadores). De 1994 até o ano 2000, as turmas de 1ª a 4ª séries da Escola Padre Antônio Henrique atendiam apenas aos surdos. O ensino de 5ª a 8ª séries e Educação de Jovens e Adultos era oferecido para turmas mistas de surdos e de ouvintes.

A partir de 2001, com a organização do ensino da Educação Básica em Ciclos de Aprendizagem, os 1º e 2º Ciclos de Aprendizagem vem realizando o atendimento apenas aos surdos e os 3º e 4º Ciclos e a Educação de Jovens e Adultos atendem turmas específicas de surdos e ouvintes (mistas). A escola oferece a possibilidade de incluir alunos surdos nas salas de ouvintes com apoio de intérpretes encaminhados pela Secretaria de Educação Esporte e Lazer do Recife.

Em 2005, com a ampliação para seis horas/aula diárias nos turnos matutino e vespertino, foi possível introduzir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e aulas de Informática como apoio às demais áreas do conhecimento. Aulas de Educação Física também passaram a ser realizadas no horário da aula dos estudantes.



No início de 2009, a Escola Padre Antônio Henrique ganhou nova sede, endereço atual, sendo transferida do Bairro da Boa Vista para o bairro do Derby, na rua Viscondessa do Livramento, 290, Recife-PE. A festa de reinauguração deu-se no dia 15 de abril de 2009, com a presença dos representantes da Prefeitura do Recife, da Unimed Recife e da comunidade escolar.

Atualmente, a escola atende a estudantes de diferentes comunidades do Recife (predominando Coelho, Coque, Santo Amaro e Bairro do Recife) e Região Metropolitana (Camaragibe, Paulista, Jaboatão do Guararapes, Olinda e São Lourenço da Mata). Por se tratarem de comunidades bastante carentes, a maioria dos educandos é atendida pelo Programa Bolsa Escola Municipal e pelo Programa Bolsa Família.

Sem perder de vista a garantia ao atendimento de alunos com condutas típicas e deficiências múltiplas, a escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, com aproximadamente 380 alunos (entre portadores e não portadores de necessidades especiais), 35 professores e 15 funcionários distribuídos nos setores de limpeza, manutenção, merenda, segurança e serviços administrativos. A escola possui 06 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 biblioteca, 01 área para recreação e 01 quadra de esportes/lazer para atividades físicas.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico através de livros, artigos, periódicos e consultas à legislação buscando ampliar o conhecimento sobre o tema da pesquisa. Com base nesses documentos realizou-se o estudo de caso. De acordo com Lakatos (2001): “estudos de caso constituem etapas mais concretas de investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”.

O trabalho de campo teve início no dia vinte e três de novembro de dois mil e nove, momento o qual foi iniciada a aplicação dos questionários. Porém, o presente trabalho teve seu início no mês de

junho do mesmo ano com levantamento bibliográfico sendo elaborado a redação final em janeiro de dois mil e dez, perfazendo uma duração total de 08 meses de pesquisa.

Para Gil (1999), o questionário constitui uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. Ainda segundo este autor, a coleta de dados utilizando o questionário, apresenta diversas vantagens, tais como: possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente; não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Para obtenção dos resultados propostos nos objetivos desta pesquisa, foi aplicado um questionário semi-estruturado à 18 professores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais na Escola Municipal Padre Antônio Henrique, representando 60% do total de docentes da instituição de ensino. Foram distribuídos questionários aos professores contendo 04 questões relacionadas com os seguintes aspectos: percepção ambiental sobre meio ambiente e educação ambiental, atuação do professor em atividades ligadas às questões ambientais na escola, dificuldades didáticas e metodológicas referentes às atividades ambientais, análise do nível de capacitação/formação do professor na área de educação ambiental.

A partir do levantamento dos questionários aplicados, chegou-se a interpretação das respostas utilizando um método de análise quali-quantitativa.

Instrumentos

A fim de avaliar as concepções dos professores tem sobre meio ambiente e educação ambiental e suas vivências nessas áreas, aplicou-se o seguinte questionário:

Trabalha com alunos especiais? Sim () Não ()

1º) Prezado(a) professor(a), na sua opinião o que vem a ser:

A. Meio Ambiente:

B. Educação Ambiental:

2º) Você trabalha as questões ambientais em sua disciplina? Sim () Não ()

Em caso positivo, com que frequência: Sempre () Às vezes () Raramente ()

3º) Você sente algum tipo de dificuldade para desenvolver trabalhos ligados a Educação Ambiental em sala de aula? Sim () Não ()

Em caso positivo, quais dificuldades?

4º) Você já recebeu algum tipo de capacitação em Educação Ambiental?

Sim () Não ()

A. Em caso positivo, você se sente seguro(a)/preparado(a) para desenvolver atividades com seus alunos sobre Educação Ambiental? Sim () Não ()

B. Caso tenha respondido não ao 4º quesito, você tem interesse de participar de algum encontro de formação em Educação Ambiental? Sim () Não ()

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Durante o tempo de pesquisa na Escola Municipal Professor Antônio de Brito Alves, os pro-



fessores e a diretoria da escolar propiciaram condições favoráveis para que o trabalho fosse realizado, mostrando-se bem receptivos, solícitos e atenciosas aos questionários.



Figura 02. Professor respondendo ao questionário

Os resultados mostraram que todos os 18 professores entrevistados, ou seja 100% da amostra, trabalham com alunos deficientes portadores de necessidades especiais. No Brasil, o Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 considera a pessoa deficiente aquela que apresenta perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Para o mesmo decreto, cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação.

O professor é peça mais importante no contexto escolar para formação dos alunos que apresentem necessidades especiais. Dessa forma, buscou-se compreender a percepção do corpo docente sobre meio ambiente e educação ambiental. A escola como um instrumento de transformação social pode contribuir para a mudança de valores e atitudes ambientais.

Para Reigota (1991), os termos Meio Ambiente e Educação Ambiental constantemente utilizados nos meios de comunicação, discursos políticos, livros didáticos, músicas e outras fontes demons-

tram uma grande diversidade conceitual, possibilitando diferentes interpretações, muitas vezes, influenciadas pela vivência pessoal, profissional e pelas informações veiculadas na mídia, que vão refletir nos objetivos, métodos e/ou conteúdo das práticas pedagógicas propostas no ensino.

Concepção dos Professores sobre o Meio Ambiente:

De acordo com as respostas obtidas sobre meio ambiente, foi possível identificar três tendências estudadas por Reigota (1991): a naturalista, antropocêntrica e globalizante (Tabela 01). Sabe-se que o conceito de meio ambiente apresenta de forma diversificada devido às percepções de cada indivíduo. Para Castro (2003), os diversos conceitos de meio ambiente não podem ser considerados homogêneos, rígidos, pois cada pessoa tem sua própria concepção.

O conceito sobre meio ambiente estabelecido na Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, define o “meio ambiente como um conjunto de condições, leis influencias e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Esta lei concebe o meio ambiente através de um visão múltipla: naturalista e globalizante, pois leva em consideração condições físicas e interações existentes na natureza. A tabela 01, apresenta cada tipologia sobre meio ambiente definidas por Reigota (1991).

Tabela 01. Tipologia das concepções de meio ambiente

CATEGORIAS	CARACTERÍSTICAS
Naturalista	Meio ambiente como sinônimo de natureza intocada, evidenciando somente os aspectos naturais.
Antropocêntrica	Evidencia a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano.
Globalizante	Relações recíprocas entre natureza e sociedade.

Fonte: Reigota (1991)

A visão naturalista, caracterizada por associar o meio ambiente apenas aos aspectos naturais, como, por exemplo: fauna, a flora, e fatores abióticos e bióticos, apareceu em relatos de 08 dos professores, ou seja 44,4% dos entrevistados. Ao analisar as respostas na Tabela 02, constatou-se que a dimensão naturalista apresenta-se restringida aos aspectos ecológicos e naturais, desvinculada da participação do homem como sujeito biológico e transformador da natureza.

A visão antropocêntrica, que leva em consideração a relação entre homem/ natureza, onde o homem tem posse e direito sobre ela, apareceu em relatos de 05 dos professores, ou 27,7% dos entrevistados. Na visão antropocêntrica, os seres da natureza não têm valor intrínseco e são propriedade e domínio do homem. Nesse sentido poderíamos caracterizar a visão antropocêntrica como um sistema de pensamento que coloca o homem acima da natureza.

A visão globalizante, foi escolhida por 05 dos professores, correspondendo à 27,7% dos entrevistados. Isso se deve pela visão do homem em enxergá-lo como parte integrante e transformadora da natureza.

Observou-se que a resposta mais indicada pelos professores, está representada na visão naturalista. Porém, esta visão sobre o ambiente pode ser entendida como sendo uma visão fragmentada de mundo, pois só leva em consideração os aspectos da natureza intocada, onde não se relaciona a participação do homem neste processo. Já a visão globalizante do meio ambiente está relacionada à uma visão integrada de mundo

Tabela 02. Concepções do termo “meio ambiente” por professores

CATEGORIA	CITAÇÕES (Respostas dos professores)
<p align="center">VISÃO ANTROPOCÊNTRICA</p>	<p>“É o meio em que nós vivemos e que deve ser preservado pelo homem” “É o ecossistema, toda a natureza que nos é oferecida” “É o espaço onde o homem vive” “É uma parte do ambiente que precisa ser cuidada pelo homem” “É o lugar de vida do homem “</p>
<p align="center">VISÃO NATURALISTA</p>	<p>“São os animais e as florestas” “É toda a natureza como: os animais, as plantas, o ar, a água, o terra” “É o ecossistema como um todo” “É o lugar onde existe a vida, o ar, a água, o solo. A biosfera faz parte do meio ambiente” “É local que contém vida” “É toda natureza” “Espaço físico pelo qual está circunstanciado os fenômenos da natureza” “É o sistema que envolve todas as formas de vida e os recursos naturais do planeta”</p>
<p align="center">VISÃO GLOBALIZANTE</p>	<p>“É o local onde vivemos e interagimos com ele” “É o lugar que nos cerca” “Tudo aquilo que está ao nosso redor” “São as condições naturais ou o conjunto de condições naturais que cerca um ser vivo ou uma comunidade e que age sobre eles” “Constitui um conjunto de fatores bióticos (seres vivos) e abióticos (luz, solo, calor), onde os seres vivos interagem”</p>

Concepção dos Professores sobre a Educação Ambiental:

A concepção dos professores sobre “Educação Ambiental” está apresentada na Tabela 03, estando caracterizada em 03 tendências baseadas em Moroti(1997): tradicional, genética e alternativa. De acordo com Carvalho (1989), toda e qualquer atividade que visa à aquisição de conhecimento sobre meio ambiente, além de uma postura que reforça a necessidade de adaptação do indivíduo ao meio,

está associada a tendência “tradicional”. Dessa forma, os termos apresentados pelos professores que estão associados com a preservação e/ou conservação e respeito à natureza caracteriza uma tendência tradicional. Já os termos na tendência genérica, que caracteriza a educação como um todo sendo uma educação ambiental, representa uma forma ampla da concepção ambiental. E a tendência alternativa considera que a educação ambiental deve ser uma ação coletiva que leva em consideração a participação das experiências e do cotidiano do educando. De acordo com Carvalho (2001), definir educação ambiental é falar sobre educação dando-lhe nova dimensão: a dimensão ambiental, contextualizada e adaptada à realidade interdisciplinar, vinculada aos temas ambientais locais e globais.

Com base nos dados referentes às questões abertas sobre educação ambiental, percebeu-se que 10, ou seja, 55,5% dos professores apresentaram em suas resposta uma concepção voltada a uma tendência tradicional, tendo em vista que nos relatos observou-se termos ligados a preservação e/ou conservação e respeito a natureza.

As respostas de 22,2% dos professores está associada igualmente às tendências genéricas, com 04 indicações e alternativas também com 04 indicações. Para Oliveira (1998), é necessário o favorecimento da dimensão social transformadora e questionadora, visando o desenvolvimento individual e coletivo, na solidariedade e ajuda mútua, destacando a participação e o controle social como fundamentais para implementar e consolidar as ações. Para que seja consolidada a Educação Ambiental na tendência alternativa como sendo uma educação de ação participativa e questionadora sobre as questões ambientais, deverá existir uma mudança no paradigma da educação tradicional em relação aos propósitos do sistema de ensino.

Faz-se necessário no planejamento escolar a inserção contínua e participativa da Educação Ambiental (EA), pois de acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental é uma exigência em todos os níveis e modalidades de ensino.

As escolas devem estar preparadas para participar deste processo, conforme está sancionado na Lei nº 9.795, dentre seus objetivos explanados no Capítulo I Artigo 5º, temos: “O incentivo à partici-

pação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”.

Tabela 03. Concepções do termo “educação ambiental” por professores

CATEGORIA	CITAÇÕES (Respostas dos professores)
<p>TENDÊNCIA TRADICIONAL</p>	<p>“Educação que visa preservar o meio ambiente” “É ensinar e aprender a respeitar o meio ambiente. “Esclarecer e conscientizar a preservar a natureza” “É cuidar do ambiente o que fazemos parte. Proteger, valorizar, manter e preservar o ambiente em que todos vivem” “É um tipo de educação que protege a natureza” “É o respeito pela natureza” “É um processo educativo pelo qual aprendemos a valorizar os recursos naturais do planeta” “São os meios, os costumes que o homem utiliza para preservar o meio ambiente” “É conscientizar os alunos de que para o bem de todas as espécies é importante zelarmos e cuidarmos do nosso planeta” “É o modo que devemos preservar o meio ambiente; planeta onde vivemos” “É diminuir os impactos e prejuízos que causamos ao meio ambiente”</p>
<p>TENDÊNCIA GENÉRICA</p>	<p>“ É tudo que está relacionado à preservação meio ambiente” “É toda forma responsável de tratar o meio ambiente” “É uma formação ambiental da vida e para vida” “É toda educação que resgata os valores ambientais do ser humano”</p>
<p>TENDÊNCIA ALTERNATIVA</p>	<p>“Estuda o ambiente, e a interação, intervenção do homem com o meio” “É a evolução do relacionamento do homem com o meio ambiente” “É o modo que devemos preservar o meio ambiente. Concerne a relação homem-educação-natureza” “ É uma forma de comportamento do homem como a natureza para alcançarmos uma melhoria da qualidade de vida”</p>

Abordagem das questões ambientais na Disciplina:

No levantamento das respostas ao questionário, observou-se que a maioria dos professores, ou seja, 15 (ou 83,3%) dos 18 entrevistados, declararam que trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas e 03 (ou 17%) professores não trabalham as questões ambientais, conforme verifica-se na figura 03. Observando a figura 04, destes 15 docentes que trabalham as questões ambientais em suas disciplinas, 8 (53,3%) responderam que às vezes inserem a temática ambiental em sua disciplina, 4 (26,6%) sempre trabalham com as questões ambientais e 3 (20%) raramente desenvolvem atividades na área.

A Lei nº 10.172 de 2001, institui o Plano Nacional de Educação e trata a Educação Ambiental de forma transversal, ou seja, como tema que deve ser desenvolvido a partir de uma prática educativa integrada, contínua e permanente (BRASIL, 2001). Na Política Nacional de Educação Ambiental, os sistemas formais de educação devem promover a inserção da temática ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, constituindo-se em uma prática educativa efetiva aos projetos escolares. Isso quer dizer que todos os professores deveriam promover de forma contínua e permanente a educação ambiental em suas disciplinas, algo que na prática acontece com pouca frequência na escola. Abaixo segue as figuras 03 e 04 que apresentam o quantitativo de professores que trabalham a educação ambiental e a frequência de atuação sobre as questões ambientais, respectivamente:

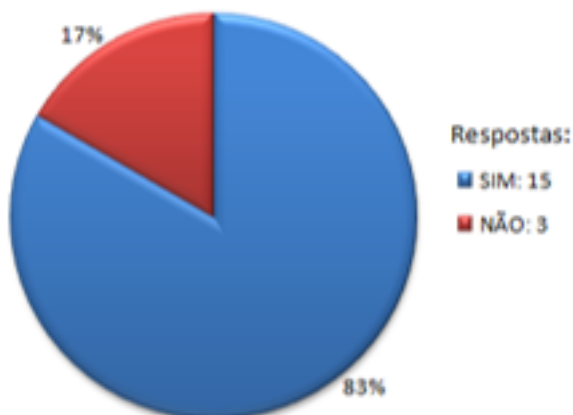


Figura 03. Quantitativo de professores que trabalham a temática ambiental em suas disciplinas.

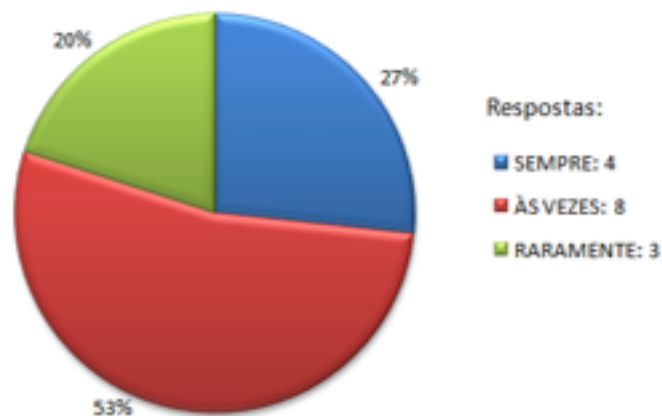


Figura 04. Freqüência da atuação dos professores nos trabalhos sobre questões ambientais em suas disciplinas.

Entraves no Trabalho da Educação Ambiental:

De acordo com os resultados obtidos observou que 10 professores, ou seja, 55,5% dos docentes tem algum obstáculo para desenvolverem a Educação Ambiental em sala de aula, conforme representado na figura 05. Todos estes citaram as problemáticas existentes ao trabalharem as questões ambientais na escola. As ocorrências das dificuldades foram variadas, bem como repetidas entre os entrevistados, estando apresentadas de forma sistematizada na Tabela 04.

Por outro lado 8 professores, ou seja 44,4% dos entrevistados, apontaram não terem dificuldade no desenvolvimento da educação ambiental na escola.

Conforme verifica-se na Tabela 04, a dificuldade apontada com maior freqüência pelos professores foi a falta de tempo para planejarem as atividades de Educação Ambiental com 6 citações, correspondendo à (60%) das indicações, em segundo lugar com mesma representatividade apareceram a carência de formação em educação ambiental (EA) e falta de material pedagógico (figura 04). Esses problemas refletem na forma de fazer educação ambiental na escola, onde a mesma carece de investimentos e apoios de todos os que compõem o sistema educacional.

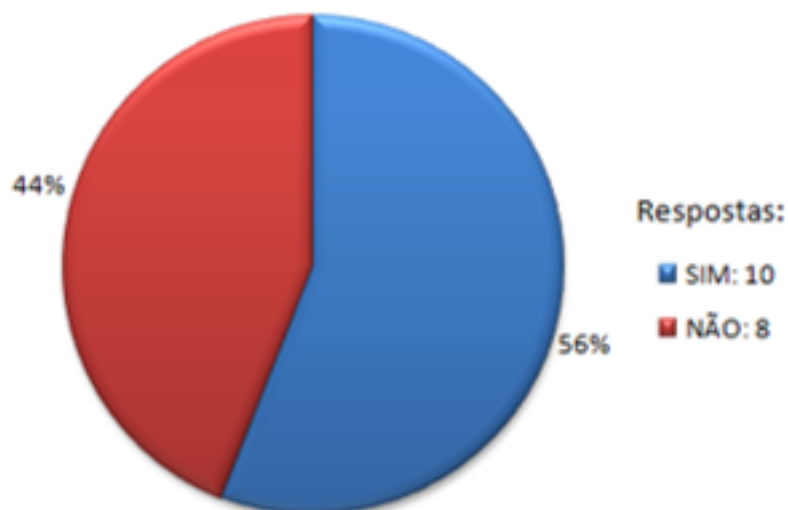


Figura 05. Quantitativo de professores que encontram dificuldades ao trabalharem a educação ambiental.

Tabela 04. Citações dos professores com relação às dificuldades existentes para desenvolver a educação ambiental na escola

CITAÇÕES	OCORRÊNCIA	
	NÚMERO	PERCENTUAL (%)
Espaço físico limitado	1	10%
Falta de material pedagógico	4	40%
Dificuldade para conseguir transporte na escola	2	20%
Carência de formação em EA	4	40%
Falta de tempo para planejar as atividades	6	60%
Dificuldade de trabalhar com os educandos	2	20%

Capacitação de Professores em Educação Ambiental:

Segundo Roger Consinet citado em Sasaki (1999), com respeito a formação do professor, co-

menta: “se o educador deve ter dons ou deve aprender seu ofício”. Para Roger, a formação do educador deve ser assentada no saber, no valor e no saber fazer (transmitir e comunicar). O que se deve aprender são os princípios e não os artifícios, pois não basta preparar o professor, mas educá-lo (princípio maior), os artifícios usados por um educador numa situação pode ter bons resultados, enquanto que os mesmos artifícios nas mãos de outro professor, pode ser inteiramente inútil (CUNNINGHAM apud SASSAKI, 1999).

Analisando a questão relacionada a capacitação de professores, obteve-se os seguintes resultados: 7 (ou 38,8%) professores receberam algum tipo de capacitação específica em Educação Ambiental, já 11 professores, ou seja, 61,2% dos docentes responderam não terem recebido (figura 06).

Ao investigar separadamente o grupo de professores que tiveram formação em EA dos que não tiveram, observamos que no 1º grupo (com 7 representantes – figura 7), 3 (ou 43%) não se sentem seguros/preparados para desenvolverem trabalhos ligados a temática da educação ambiental e 4 docentes, aproximadamente 57% dos que tiveram capacitação, responderem que sentem-se seguros ao desenvolverem tais trabalhos. Por um outro lado, analisando o 2º grupo (11 representantes na figura 8), estes que não receberam capacitação em EA, todos eles, ou seja, 100% dos entrevistados responderam que têm interesse de participar de algum encontro de formação em Educação Ambiental. Logo, cabe a secretaria de educação juntamente com a direção escolar, fomentar a capacitação e aperfeiçoamento contínuo desses docentes, a fim de que eles possam se apropriar das ferramentas da Educação Ambiental para desenvolvam atividades ambientais com seus alunos. A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/99), assegura que todos têm direito à Educação Ambiental como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.



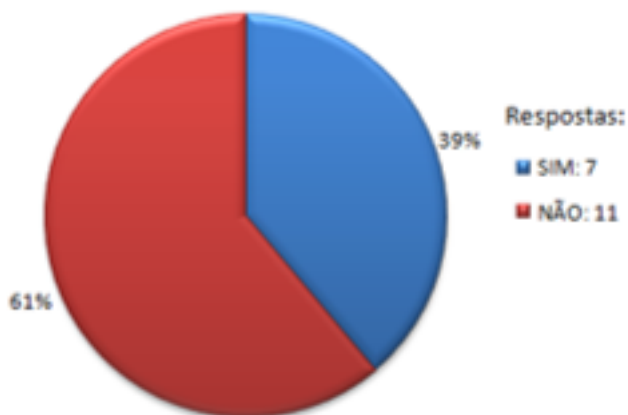


Figura 06. Quantitativo de professores que tiveram capacitação em Educação Ambiental

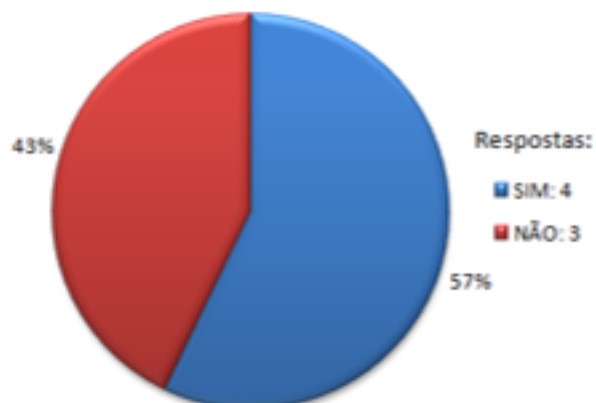


Figura 07. Segurança para desenvolver a educação ambiental

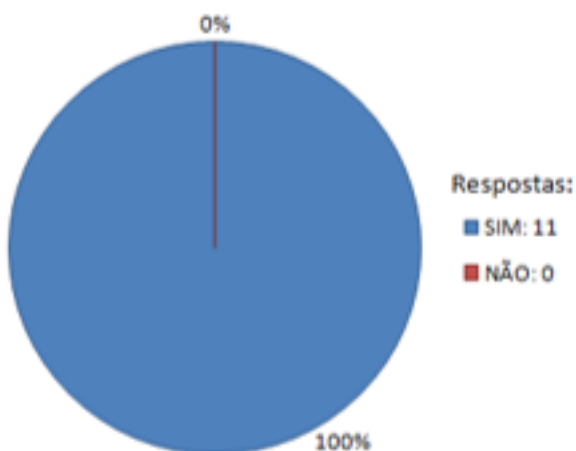


Figura 08. Interesse em participar de formação em educação ambiental

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

Hoje, um número crescente de alunos portadores de necessidades especiais estão sendo incluídos no ensino regular. Entretanto, as escolas de inclusão necessitam de preparo adequado para implantar a Educação Ambiental como ferramenta essencial do aprendizado escolar.

Em relação à investigação dos conceitos de meio ambiente e educação ambiental trazidos pelos professores, pode-se afirmar que a maior parte dos entrevistados apresentam uma visão naturalista de meio ambiente, assim como uma percepção tradicional da educação ambiental.

No diagnóstico referente ao desenvolvimento das questões ambientais na escola, apenas 03 professores responderam não trabalharem tais assuntos em suas disciplinas. Isso se deve a uma visão fragmentada ou multidisciplinar de metodologia de trabalho. Para superação dessa lacuna existente, é necessário o inter-relação permanente dos conteúdos de cada disciplina escolar com as questões que envolvam a problemática ambiental, através de uma perspectiva holística, sistêmica e de forma interdisciplinar.

Na abordagem sobre as dificuldades dos professores ao desenvolverem a Educação Ambiental, ficou evidente que a falta de tempo para o planejamento é uma das principais barreiras existentes nesse trabalho. Sabe-se que muitos profissionais da área de educação são sobrecarregados com atividades extras na escola, portanto é necessário o fortalecimento político das ações ambientais, desde o início do ano letivo, onde estas estejam instituídas dentro do Projeto Político-Pedagógico (PPP) escolar.

Através desta pesquisa, observou-se também que muitos professores ainda não tiveram nenhum tipo de capacitação específica em Educação Ambiental. Esta preparação depende, portanto, de políticas públicas destinadas a melhorar não só a formação inicial e continuada desses profissionais em Educação Ambiental, mas todo o conjunto de condições que interfere na qualidade do ensino. Cabe ao governo investir na qualidade de preparação dos profissionais de ensino. Para que isso ocorra, é necessário que haja investimento suficiente na formação dos docentes em todos os níveis e modalidades educacionais.

Por fim, cabe afirmar que a metodologia empregada atingiu os objetivos propostos e espera-se que este trabalho sirva como instrumento de referencia para futuras pesquisas em escolas de inclusão e contribua para reflexão do processo do ensino escolar, visando a melhoria do meio ambiente e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. (org). Educação Inclusiva: a escola. V. 3. Brasília, DF: MEC, SEEP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988.

_____. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Ambiental na escola. 2ª ed rev. Brasília. 2001.

_____. Lei nº 10.172 de 2001 que institui o Plano Nacional de Educação. Brasília: Casa Civil, 2001.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1990. 447 p.

_____, Fritjof. A Teia da Vida. São Paulo. Ed. Cultrix, 1996.

CARVALHO, G. A. Desenvolvimento, implementação e avaliação de um programa de Educação Ambiental a campo para escolas de 1º e 2º graus. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, L. A temática ambiental e a escola de 1º grau. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CASTRO, C. F. O Meio Ambiente e a percepção dos problemas socioambientais vistos pela comunidade escolar do Engenho Maranguape. Monografia - Fundação de Ensino Superior de Olinda, Município de Paulista–PE Olinda, 2003.



DIAS , Genebaldo Freire . Educação Ambiental: princípios e práticas. 5 ed. S. Paulo : Gaia , 1992.

_____. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

FAGGIONATO, S. Percepção ambiental. Disponível em: <www.educar.sc.usp.br/textos>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

FIORI, A. A percepção ambiental como instrumento de programas de educação ambiental da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP). Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 113p. 2007.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFREDO, V. L. F. S. de. Salto para o Futuro - Educação Especial: tendências atuais. In: A escola como espaço inclusivo. Secretaria de Educação a Distância. Brasília. Ministério da Educação. SEED. 1999.

GOTTI, M. O. Integração e Inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Em M. C. Marquezine; M. A. Almeida; E. D. O. Tanaka; N. N. R. Mori & E. M. Shimazaki (Orgs.), Perspectivas multidisciplinares em educação especial (pp. 365 – 372) Londrina: Ed. UEL, 1998.

JESUS, T.P. Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. 1993. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAROTI, P.S. Percepção e educação ambiental voltadas à uma unidade natural de conservação (Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio, SP) São Carlos. 1997.118 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

_____, P.S. Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação (Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio, SP) São Carlos. 2002. 145 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MEC. A Implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília–DF, MEC/SEF, 1998.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. Educação Ambiental – Uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MININI, N. A formação dos professores em Educação Ambiental. In: Textos sobre capacitação em Educação Ambiental. Oficina Panorama da Educação Ambiental, MEC-SEFDPEF-Coordenação de Educação Ambiental, Brasília, 2000.

OLIVEIRA, R. M. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 69-78. 1998.

RECIFE, Secretaria de Educação. Histórico da Escola Municipal Padre Antônio Henrique. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seceducacao/especial/padreHenrique/historico.html>. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

REGO, T. C. Vigostsk. Aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico. São Paulo: Scipione. 1995.

REIGOTA, M. O meio ambiente e suas representações no ensino de ciências em São Paulo - Brasil. Uniambiente- Boletim da Comissão Interinstitucional sobre Meio Ambiente e Educação Universitária-



ria. São Paulo, v. 1, p. 27-30, 1991.

_____, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.

RIBEIRO, L. M. O papel das representações sociais na educação ambiental. Dissertação de Mestrado, pela Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2003.

RIO, V. D; OLIVEIRA, L. (Org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SANTOS, Mônica Pereira. Artigo: Escola inclusiva e Declaração de Salamanca: conseqüências ao sistema educacional brasileiro. MEC, nº 22, ano 10, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. Editora WVA. 1999.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 2ª edição. São Paulo: Malheiros, 1998.

TRIGUEIRO, A. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.